



SUMÁRIO

Agradecimentos	5
Apresentação	23
Nota da Coordenação	27

PARTE I

Introdução ao crime organizado	29
---	-----------

Fenomenologia das associações ilícitas	31
---	-----------

Marco Polo Levorin

1. Introdução	31
2. Associações criminosas	31
3. Direito de associação	31
4. Finalidade da associação	32
5. Conceito de crime organizado	32
6. Terminologia específica	33
7. Convenção de Palermo	34
Direito internacional	34
Legalidade penal	35
8. Características do crime organizado	35
9. Fenomenologia do crime organizado	36
10. Crime organizado como fenômeno histórico	39
11. Crime organizado como fenômeno global	40
12. Crime organizado como fenômeno local	43
Crime organizado em São Paulo	44
<i>De lege ferenda</i>	46
13. Considerações finais	47

Histórico do crime organizado	50
<i>Francisco Tolentino Neto</i>	
1. Introdução	50
2. Crime organizado no tempo	51
2.1. Máfia italiana	51
2.2. Yakusa	52
2.3. Tríades chinesas	53
2.4. Cartéis colombianos	53
2.5. Comando Vermelho	54
2.6. Primeiro Comando da Capital	55
3. Lei n. 9.034/95	57
3.1. Considerações preliminares da Lei n. 9.034/95 e o conceito de organização criminosa	57
3.1.1. Das características da organização criminosa	59
3.2. Dos meios operacionais	61
3.2.1. Da ação controlada	61
3.2.2. Acesso a dados, documentos e informações fiscais, bancárias, financeiras e eleitorais	62
3.2.3. Da captação e interceptação ambiental de sinais eletromagnéticos, óticos ou acústicos e seu registro e análise	63
3.2.4. Infiltração de agentes especializados	63
3.3. Da preservação do sigilo constitucional	64
3.4. Da delação premiada	65
Crime organizado: uma compreensão acerca dos aspectos psicológicos e repercussões psicossociais	68
<i>Alcione Aparecida Messa</i>	
O conceito de crime organizado no Brasil: O princípio da legalidade, a Lei n. 9.034/95 e a Convenção de Palermo	75
<i>Humberto Barrionuevo Fabretti</i>	
1. Introdução	75
2. O crime organizado	75
3. A Lei n. 9.034/95	77

4. A Convenção de Palermo	80
5. Uma proposta intermediária	84
6. Conclusão	89
 PARTE II	
Aspectos do crime organizado	91
Aspectos constitucionais do crime organizado	93
<i>Ana Flávia Messa</i>	
1. Conceito de crime organizado	93
2. Estrutura do crime organizado	99
3. CPI do crime organizado	101
4. O Estado e o crime organizado	102
5. Quadrilha e bando	102
6. Organização criminosa e quadrilha ou bando	103
7. Delação premiada no crime organizado	104
8. Liberdade provisória no crime organizado	105
9. Direito de apelar em liberdade no crime organizado	106
10. Regime prisional no crime organizado	107
11. Habeas corpus e o crime organizado	108
12. Prisão preventiva no crime organizado	109
13. Excesso de prazo	110
14. Identificação criminal e crime organizado	113
15. Quebra de sigilo fiscal, bancário, financeiro e eleitoral (acesso de dados, documentos e informações)	114
Algemas e o crime organizado	117
<i>Fernanda Herbella</i>	
1. Introdução	117
2. Breve histórico legislativo	117
3. Da previsão legal no sistema brasileiro	119
4. Algemas e o crime organizado	123
Facção criminosa	127
<i>Gaspar Pereira da Silva Junior</i>	
1. Introdução	127

2. Conceito de facção criminosa	129
3. Diferentes acepções.....	129
3.1. Associação criminosa	129
3.2. Quadrilha ou bando	130
3.3. Crime organizado	131
3.3.1. Crime organizado e contravenção penal	132
3.3.2. Crime organizado e crime profissional	133
3.3.3. Crime organizado e crimes omissivos.....	133
3.3.4. Crime organizado por natureza e crime organizado por extensão	134
3.3.5. Crime do colarinho branco	134
3.4. Máfia	134
3.5. Organização criminosa.....	135
4. Facções criminosas no mundo	136
4.1. Ameaças tradicionais: armas de destruição massiva	136
4.1.1. Armas químicas.....	136
4.1.2. Armas biológicas	137
4.1.3. Armas nucleares	137
4.2. Novas ameaças	138
4.2.1. Pirataria.....	138
4.2.2. Tráfico de armas	139
4.2.3. Tráfico de drogas	139
4.2.4. Tráfico de pessoas e órgãos.....	141
4.2.5. Comércio sexual	141
4.2.6. Pedofilia	141
4.2.7. Crimes cibernéticos.....	142
4.2.8. Lavagem de dinheiro	142
4.2.9. Terrorismo.....	143
5. Facções criminosas no Brasil.....	144
5.1. Atuação nos presídios brasileiros	144
5.1.1. São Paulo	146
5.1.2. Rio de Janeiro	153
5.1.3. Outros estados	155

Delação premiada	157
<i>Rafael Abujamra</i>	
1. Introdução	157
2. Conceito, natureza jurídica e classificação	158
3. Origem e evolução nacional	160
4. Valor probatório	164
5. Procedimento — metodologia e operacionalização	168
6. Pressupostos	172
7. Consequências — benefícios penais, processuais e extraprocessuais...	175
8. Conclusão	177
A evolução do Promotor de Justiça “investigador”: uma nova perspectiva de atuação do Ministério Público Brasileiro no enfrentamento às Organizações Criminosas.....	180
<i>José Reinaldo Guimarães Carneiro</i>	
1. Introdução.....	180
2. O crescimento do Ministério Público nas tarefas de investigação criminal e o enfrentamento do tema na doutrina e jurisprudência: duas décadas de debates constitucionais	183
3. O Ministério Público <i>investigador</i> e o enfrentamento das organizações criminosas: nascimento e evolução do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC)	189
4. Conclusões.....	192
Teoria Geral do Direito Penal e a atuação do Estado em face do crime organizado	196
<i>Gianpaolo Poggio Smanio</i>	
1. Introdução	196
2. Teoria dos Sistemas	196
3. O contratualismo	197
4. O modelo discursivo.....	198
5. A Teoria da Convergência da Verdade	198
6. A dignidade da pessoa humana como fundamento do direito penal ..	199
7. A relevância da conceituação de cidadania para a atuação do Estado de direito.....	199
8. A proteção do bem jurídico como função do direito penal de garantia do cidadão	201

9. Princípio constitucional da ofensividade	201
10. A Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (Convenção de Palermo).....	206
11. Conclusão	208
Crime organizado e práticas eleitorais	212
<i>Luiz Carlos dos Santos Gonçalves</i>	
1. Introdução.....	212
2. A definição de organização criminosa.....	212
3. Organizações criminosas e práticas eleitorais.....	217
Criminalidade organizada e júri: posicionamento, atual estado da questão e futuro do direito	220
<i>Edilson Mougenot Bonfim</i>	
1. Introdução.....	220
2. Pressuposto sociológico e historiográfico	221
3. Primeira quebra de paradigma: os critérios lógico, cronológico e espacial e o fenômeno da “hidridação”.....	221
4. Consequência e segunda quebra de paradigma. A estrutura piramidal das organizações criminosas como metáfora da estrutura piramidal dos direitos fundamentais	222
5. Terceira quebra de paradigma: o garantismo como conceito flexível. Da psicologia à sociologia, uma nova “ontologia criminal” para adequada análise da culpabilidade. A teoria do domínio do fato...	224
6. O moderno constitucionalismo como possível obstáculo à efetividade processual no combate às organizações criminosas.....	226
7. A produção probatória e o <i>in dubio pro reo</i> como obstáculo à prestação jurisdicional.....	227
8. O artigo 155 como freio probatório nos processos de organizações criminosas	228
9. A formação da convicção. Prova boa é a legalmente constituída e apta ao convencimento	229
10. As vantagens do júri para o julgamento das organizações criminosas: a pronúncia.....	230
11. Crimes conexos aos dolosos contra a vida	231
12. Seria o júri vantajoso para julgar qualquer delito praticado pelas organizações criminosas?	232

13. Dois pressupostos ou vértices de respostas: a diluição da responsabilidade de julgar e o amplo conhecimento da causa	232
14. A análise da prova e o amplo conhecimento da causa.....	233

PARTE III

Procedimentos investigatórios e de formação de provas 235

A infiltração de agente como técnica de investigação criminal 237

Luiz Roberto Salles Souza

1. A investigação preliminar no processo penal	237
1.1. O juizado de instrução	238
1.2. O Ministério Público investigador.....	239
1.3. O modelo brasileiro.....	240
2. A polícia judiciária	241
3. A infiltração de agente	243
4. Institutos afins	244
5. Excepcionalidade da medida.....	246

Agente infiltrado: dogmática penal e repercussão processual..... 249

Alexis Couto de Brito

1. Introdução.....	249
2. Da responsabilidade criminal do agente infiltrado.....	251
2.1. Conduta típica.	252
2.2. Ilícitude	255
2.3. Culpabilidade.....	257
2.4. Punibilidade	259
3. Da licitude ou ilicitude da prova colhida pelo agente infiltrado	261
4. Da suficiência de outros meios de prova.....	270
5. Conclusão	272

Procedimento investigatório e de produção de provas 276

Rogério Cury

1. Breve introdução sobre a finalidade da Lei n. 9.034/95.....	276
1.1. Crime Organizado no Brasil	278
2. Procedimentos de investigação e formação de provas	279

2.1. Da ação controlada ou retardada.....	280
2.2. Acesso a dados, documentos, informações fiscais, bancárias, financeiras e eleitorais.....	280
2.3. A captação e a interceptação ambiental de sinais eletromagnéticos, óticos ou acústicos.....	283
2.4. Infiltração por agentes de polícia ou de inteligência.....	284
3. Estruturação da Polícia Judiciária no combate à ação praticada por organizações criminosas	285
A Infiltração do agente no crime organizado.....	288
<i>Roberta Rodrigues Camilo</i>	
1. Introdução.....	288
2. A Infiltração dos Agentes da Polícia	289
2.1. Origem do Instituto da Infiltração.....	289
2.2. Previsão do Instituto no Brasil.....	290
2.3. Direito Comparado.....	291
2.3.1. Argentina.....	291
2.3.2. Colômbia	292
2.3.3. Espanha	294
2.4. O Instituto do Agente infiltrado no Brasil.....	295
2.4.1. Responsabilidade do agente infiltrado.....	297
3. Conclusão	298
Apontamentos sobre o crime organizado, a Justiça consensual e o valor probatório das declarações do corréu colaborador.....	300
<i>Pedro Henrique Demercian</i>	
1. Introdução.....	300
2. Breves considerações sobre o crime organizado e a Justiça Consensual no Brasil.....	303
3. Crime Organizado e o corréu colaborador.....	307
4. A natureza jurídica do interrogatório do corréu delator	313
5. Valor probatório das declarações do corréu colaborador	316
6. Algumas conclusões articuladas	321

Medidas cautelares como meios de investigação e fontes de obtenção de provas	327
---	------------

Ana Brasil Rocha

1. Introdução	327
2. Competência	329
3. Interceptação das comunicações telefônicas.....	332
4. Quebra dos sigilos fiscal, bancário e financeiro	339
5. Busca e apreensão	342
6. Conclusão	343

Medidas de cunho patrimonial no combate ao crime organizado e à lavagem de dinheiro	345
--	------------

Roberto Maia Filho

1. Introdução	345
2. Dos bens, das coisas, do patrimônio e da propriedade	345
3. Do crime organizado e da lavagem de dinheiro	353
4. Do combate a tais delitos mediante medidas de cunho patrimonial	355
5. Conclusão	358

PARTE IV

Combate ao crime organizado	361
--	------------

A Polícia Judiciária no combate ao crime organizado	363
--	------------

André Ricardo Xavier Carneiro

1. Introdução	363
2. A importância do inquérito policial no combate ao crime organizado	367
3. A necessidade de fortalecimento da Polícia Judiciária.....	371
4. Mecanismos legais para combate ao crime organizado	374
5. Considerações finais	378

Crime organizado: ferramentas legais de combate — interceptação telefônica e ambiental — e suas deficiências	381
---	------------

Jiskia Sandri Trentin

1. Introdução	381
2. Interceptação das comunicações telefônicas.....	383

2.1. Medidas administrativas de controle	384
2.2. Cautela no manejo da ferramenta pelo operador do direito....	385
2.3. Importância de se buscar o aprimoramento operacional da ferramenta.....	388
2.4. Urgência de aperfeiçoamento das regras de controle	388
3. Interceptação (e captação) ambiental.....	391
3.1. Campos de abrangência e legalidade da prova.....	392
3.2. Inexistência de legislação que trace seus limites	393
3.3. Entraves na operacionalidade	394
4. Conclusões	394
O enfrentamento ao crime organizado através do combate à lava- gem de dinheiro.....	398
<i>Ricardo Andrade Saadi</i>	
1. Introdução	398
2. Definição	399
3. Etapas do processo de lavagem de dinheiro	400
4. Tipologias	403
5. Indicadores mais frequentemente observados.....	406
6. Os paraísos fiscais.....	407
7. Magnitude da lavagem de dinheiro.....	408
8. Os efeitos da lavagem de dinheiro	409
9. Conclusão	410
A descentralização da atuação nas investigações policiais junto ao crime organizado	414
<i>Fernanda Salles Fisher, Rodrigo Júlio Capobianco</i>	
1. Origem	414
2. Lavagem de capitais	415
3. Macrocriminalidade.....	416
4. ONU	418
5. Lei n. 9.034/95.....	419
6. Polícia x polícia.....	419
7. Política do <i>hands off</i>	423

8. Solução política.....	424
9. Solução técnica	424
10. A importância de alguns mecanismos legais de investigação e as deficiências legislativas	424
O acordo de leniência e sua eficácia no combate ao crime organizado	431
<i>Roberto Porto</i>	
O crime organizado e a conexão com o crime militar: estruturas e estratégias de combate por parte do Estado	441
<i>Ronaldo João Roth</i>	
1. Considerações iniciais sobre os órgãos de segurança pública	441
2. Conceito de <i>crime organizado</i> e de <i>crime militar</i> – a conexão entre ambos	445
2.1. Do crime organizado	445
2.2. Do crime militar.....	447
2.3. Do crime organizado e do crime militar	450
2.4. Do crime de lavagem de dinheiro e do crime militar	453
3. A Justiça Militar e o crime organizado	454
4. Estruturas e estratégias de combate ao crime organizado pelo Estado	457
5. Conclusão	459
A importância do confisco no combate à lavagem de dinheiro e organizações criminosas.....	462
<i>Márcia Monassi Mougenot Bonfim</i>	
1. Introdução.....	462
2. Convenções internacionais e o confisco de bens.....	463
3. O confisco de bens na legislação brasileira.....	466
3.1. O confisco como sanção penal	467
3.2. O confisco como efeito da condenação.....	469
4. A necessidade da adoção de novas regras para o confisco	472
5. Considerações finais.....	476

PARTE V

Atividades das organizações criminosas 479

Falsificação de diplomas do ensino superior: um mal do século XXI 481

Daniella Basso Batista Pinto

1. Considerações..... 481
2. Crime organizado de falsificação de diplomas: aspectos constitucionais 482
3. A prática da falsificação de diplomas na sociedade brasileira..... 484
4. A falsificação dos diplomas e a qualificação do ensino superior..... 488

Exploração do trabalho escravo e tráfico de seres humanos — a face desconhecida do crime organizado 491

Ricardo Antonio Andreucci

1. Introdução..... 491
2. Breve histórico do tráfico de seres humanos..... 494
 - 2.1. A escravidão em Roma 495
 - 2.2. A evolução da escravidão 496
3. O tráfico de seres humanos como expressão do crime organizado transnacional..... 496
4. O trabalho escravo e a escravidão contemporânea 499
5. A organização do trabalho no Brasil e a dignidade da pessoa humana..... 500
 - 5.1. A Política Nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas... 500
6. A redução a condição análoga à de escravo e o tráfico de seres humanos 503
7. Trabalho escravo e aliciamento de trabalhadores 505
8. Globalização e exploração do trabalho escravo 506
 - 8.1. O trabalho escravo na América Latina e Caribe 506
 - 8.2. Atuação da OIT contra o trabalho escravo na América Latina e Caribe 507
9. Desafios e perspectivas — conclusão 508

Terrorismo: a face mais cruel das organizações criminosas..... 510
Gláucio Roberto Brites de Araújo

1. Introdução e esboço histórico	510
2. Conceito de terrorismo.....	513
3. Formas de terrorismo	518
4. Terrorismo e crime organizado	523
5. Histórico da matéria no direito brasileiro	525
6. Estratégias e tendências do combate ao terrorismo	530
7. Conclusões.....	535

Considerações sobre o tráfico de pessoas e organizações criminosas 540
Fernando Capez, Stela Prado

1. Considerações gerais	540
2. Conceito de organização criminosa.....	541
3. Tráfico de pessoas: legislação.....	545
4. Crescimento do tráfico de pessoas	551
5. Conclusão	553

Lavagem de capitais e crime organizado 555
Marco Antonio Ferreira Lima

1. Linhas gerais.....	555
2. A repressão da lavagem como instrumento de atuação do crime organizado	561
3. A inconstitucionalidade do art. 2º, § 2º, da Lei n. 9.613/98	562
4. Conclusão	572

PARTE VI

Políticas públicas e crime organizado 577

O programa *Neighborhood Watch* para prevenção contra o crime e a experiência brasileira..... 579

Douglas Henrique Marin dos Santos, Álvaro Nagib Atallah

1. Conceito	579
2. Características do <i>Neighborhood Watch</i>	580
3. O mecanismo de ação do <i>Neighborhood Watch</i>	581

4. Revisões sistemáticas e políticas públicas baseadas em evidências ..	581
5. A revisão sistemática da colaboração Campbell acerca da efetividade do <i>Neighborhood Watch</i>	582
6. Participação e controle social na experiência brasileira	583
7. <i>Neighborhood Watch</i> no Brasil?	586
8. Conclusões	587

Políticas públicas e evidências científicas como instrumento de combate ao crime organizado

Luciana Rosa Batista Barroso

1. Crime organizado e organizações criminosas: conceito, repercussão e combate	590
2. As evidências científicas, o direito e o crime organizado	593
3. Crime organizado e políticas públicas baseadas em evidências: tomada de decisão e mitigação de riscos em um ambiente competitivo	594
4. Conclusão	597

Estado, sociedade e combate efetivo ao crime organizado

Hélcio de Abreu Dallari Júnior, Carlos Emanuel Fontes Bartolomei

Operação “virada social” — estudo de políticas públicas no combate ao crime organizado

Evandro Fabiani Capano

1. Introdução	605
2. Crime organizado	607
3. A Política Pública	609
4. Conclusões	613

PARTE VII

Crime organizado no âmbito internacional

Crime organizado transnacional e o tráfico internacional de pessoas no direito brasileiro

Alessandra Orcesi Pedro Greco, João Daniel Rass

1. Introdução	617
2. Organizações criminosas e os crimes sexuais	618

3. A tipificação do tráfico de pessoas no direito brasileiro e a autocolocação da vítima em risco	622
3.1. A questão da autocolocação da vítima em risco	622
3.2. O tráfico internacional de pessoas e a autocolocação da vítima em risco	640
3.3. Definição de tráfico de pessoas	641
3.4. A questão da vítima.....	643
3.5. A conduta.....	645
3.6. Aumento de pena	647
O crime organizado na Convenção de Palermo	649
<i>Rodrigo Carneiro Gomes</i>	
1. A globalização e a expansão do crime organizado	649
2. Convenção de Palermo e instrumentos normativos correlatos.....	651
3. A pluralidade mínima de agentes criminosos no Código Penal e na legislação esparsa	654
3.1. Participação em grupo criminoso organizado: definição e importância para integração do ordenamento jurídico	656
3.1.1. Pluralidade de agentes criminosos.....	657
3.1.2. Ilícitude da conduta.....	658
3.1.3. Cadeia de comando, divisão de tarefas: atuação combinada	658
3.1.4. Estabilidade e permanência.....	658
3.1.4.1. Grupo estruturado	659
3.1.5. Âmbito de atuação da organização criminosa.....	660
3.1.6. Vantagem econômica, financeira ou lucro	661
3.1.7. Quadro exemplificativo de elementos configuradores da atuação criminosa, conforme quantidade de agentes reunidos	662
3.2. O crime organizado em discussão. FBI, NCIS. Os tipos penais italiano, português e austríaco.....	662
4. A disciplina do confisco de bens na CCOT.....	667
5. A técnica especial de investigação da “entrega vigiada”	668
5.1. A Ação Controlada nos Tribunais: campana e vigilância policial .	672
6. Responsabilidade da pessoa jurídica	673
7. Conclusão	676

O Grupo Fronteira do GNCOC e o combate ao narcotráfico na região de fronteira	679
<i>Flávio Okamoto</i>	
1. Introdução — as fronteiras do Brasil	679
1.1. As fronteiras do Brasil	679
1.2. Produção de drogas em países que fazem fronteira com o Brasil	680
1.3. O Brasil enquanto rota de distribuição e mercado consumidor	681
2. O Grupo Fronteira do GNCOC	682
3. O combate ao narcotráfico na região de fronteira	683
3.1. O Ministério Público e o combate ao narcotráfico na fronteira	683
3.2. Outras instituições que combatem o narcotráfico na fronteira	684
3.3. Grupos especializados de policiamento de fronteira — DOF e GEFRON	684
3.4. Facções criminosas brasileiras na fronteira	687
3.5. Perspectivas e sugestões	688
4. Conclusão	690